



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO DO CAMPO: SABERES E IDENTIDADE DO POVO CAMPONÊS

Autor: Geralda Maria de Bem

Profa. Ms. da Rede Municipal de Ensino de Pau dos Ferros – RN,
geraldabem@hotmail.com

Orientador: Dr. Cícero Nilton Moreira da Silva

Prof. do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação – PPGE/CAMEAM/UERN,
ciceronilton@yahoo.com.br

RESUMO:

Com este trabalho buscamos refletir sobre a Educação do Campo e sua trajetória nos dias atuais, bem como sobre os saberes e a identidade dos povos camponeses, suas lutas nos movimentos sociais do campo, com a compreensão de que a Educação do Campo deve ser voltada para a valorização da formação do conjunto da população de trabalhador e trabalhadora que reside no campo brasileiro. Utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, estudando os autores: Caldart (2004) Silva (2014), Souza (2012), Almeida e Jesine (2007), Woodward (2014), bem como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, que discutem a temática em estudo no que se refere à identidade do povo camponês. Tendo como objetivo discutir os saberes e a identidade dos povos camponeses, este estudo nos proporcionou compreender como acontece o movimento camponês, a partir dos grupos que habitam o cenário do campo brasileiro, sejam eles: ribeirinhos, agricultores, quilombolas, indígenas, caiçaras, cujos povos possuem sua própria identidade, que vai depender do espaço geográfico no qual o sujeito está inserido. Dessa forma, só quem pode dar autenticidade à identidade é o próprio grupo, uma vez que cada um desses grupos possui sua identidade cultural.

Palavras-chave: Educação do Campo. Saberes e Identidade. Povo Camponês

INTRODUÇÃO

Este texto aborda a Educação do Campo, enfocando-a a partir da sua inserção na Constituição Federal de 1988, em cujo documento ela é considerada como uma das modalidades de Ensino da Educação Básica destinada aos povos do campo. O nosso objetivo é refletir sobre os saberes e a identidade dos povos camponeses, levando em consideração a identidade cultural desses povos, sejam eles: agricultores, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, os quais precisam ser respeitados e educados no local onde estão inseridos. A definição por essa temática de estudo partiu das reflexões acerca da disciplina Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica, no semestre 2014.1, do Curso de Mestrado em Ensino/PPGE do Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM/UERN, fazendo uma conexão com o nosso objeto de estudo que é a Educação do Campo e o ensino nas classes multisseriadas.



Considerando essa relação, esse estudo está focado, pois, na dimensão dos saberes e da identidade dos povos camponeses, cujas discussões tiveram sua ancoragem teórica nos autores: Jesine e Almeida (2007), que abordam a temática da educação e movimentos sociais na contemporaneidade, enfocando o desenvolvimento das forças produtivas enquanto geradoras de um crescente movimento de reivindicações populares; Silva (2014), que trata de identidade e diferença, que, além de serem interdependentes, são o resultado de atos linguísticos; Caldart (2004), que aborda os movimentos sociais no campo e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pela reforma agrária; Souza (2012), que trata da Educação do Campo e as práticas pedagógicas dos professores dos movimentos sociais do MST. Respalda-mo-nos, ainda, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que ressaltam a identidade dos povos camponeses e as políticas públicas voltadas para as escolas do campo, enfocando, também, a diversidade existente no campo e a cultura dos povos que vivem nesse espaço.

Este trabalho está estruturado em três partes: na primeira, fazemos uma retrospectiva da Educação do Campo; na segunda, apresentamos um breve histórico do conceito de identidade; e, na última parte, tratamos dos saberes e da identidade dos povos camponeses.

METODOLOGIA

No que concerne à metodologia, utilizamos, como instrumento de investigação, a pesquisa bibliográfica das obras supracitadas, as quais despertaram a nossa curiosidade em compreender o processo de construção da identidade dos povos camponeses.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Uma retrospectiva histórica da educação do campo na atualidade

Ao abordarmos a Educação do Campo, devemos ressaltar a importância que teve a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em cujo momento surgiram os debates a respeito de uma Educação do Campo e não mais Educação Rural, que era de caráter compensatório, ou seja, a Educação Rural não tinha interesse pelo desenvolvimento educacional do povo camponês, já a Educação do Campo trata de políticas públicas, da luta popular e do direito à escola pública do campo para todos conforme

Fernandes (1999, apud SOUZA, 2012, p. 65),



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.

Devemos ressaltar que, no sistema educacional brasileiro, a Educação do Campo é destinada aos povos que habitam o campo, em cujo espaço existe um sujeito de cultura com sua especificidade, saberes e experiências advindos de sua história de vida e que tem o direito de estar no mundo como um ser que é capaz de compreender sua história, sua cultura no contexto no qual está inserido. Diante disso, questionamo-nos: Como pensar a Educação do Campo diante das políticas educacionais? Por que é importante pensar como ocorrem os movimentos sociais no campo? Qual a identidade das escolas do campo nos dias atuais?

Conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em seu Art. 2º. (2002, p. 202):

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Dessa forma, o poder público, ao considerar a magnitude da importância da educação escolar como sendo fundamental no exercício da cidadania dos sujeitos, sendo esses sujeitos das áreas urbanas ou rurais, proporcionará a universalização do acesso da população que vive no campo, assegurando o direito à Educação Básica, como também à Educação Profissional de nível técnico; e garantindo, assim, a permanência dos povos no campo. Assim sendo, é importante refletir: Será que existe essa preocupação com a educação dos povos do campo? Se existisse essa universalização escolar, seria necessário os educandos se deslocarem para estudar nas escolas da cidade? Como pensar a educação do campo, tendo em vista a falta de formação continuada dos educadores dessa modalidade? E, ainda, como avançar diante da precária infraestrutura das escolas do campo? Essas e outras questões nos permitem refletir sobre essa problemática que permeia a Educação do Campo no cenário brasileiro dos dias atuais. Para Souza (2012), nos últimos anos, a Educação do Campo vem conquistando espaço na esfera das políticas públicas, a partir da mobilização dos movimentos sociais e da abertura política nas instâncias governamentais. Portanto,



encontros entre organizações e movimentos sociais têm possibilitado o diálogo no que diz respeito às propostas educacionais direcionadas para essa modalidade de ensino.

Segundo Batista (2007, p. 176),

Identifica-se, nos movimentos sociais do campo, a tentativa de realçar alguns traços da identidade dos sujeitos em movimentos e da educação voltada a eles. Destacam-se entre outros: a busca de uma identidade política de movimentos e de classe pelo conceito de camponês, como elo entre os diversos sujeitos envolvidos na luta [...] esses elementos embasam a construção de um paradigma de educação construído pelos sujeitos coletivos que afirmam, reivindicam uma educação identificada com eles mesmos.

Tendo em vista que a Educação do Campo deve ser voltada para a formação dos sujeitos, que lá habitam, havendo uma preocupação com a educação do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras residentes no campo e que fazem parte dos movimentos sociais deste, as reivindicações por educação são o resultado de um processo de mobilizações, a fim de conseguirem uma nova territorialidade. Sabemos que as ações coletivas efetuadas nos movimentos sociais resultam numa vivência em que cada um se reconhece como sujeito político, histórico, para seguir caminhando na luta por educação e por um território que seja para a formação humana dos sujeitos, como também para a construção do campo projetado para a vivência dos povos camponeses.

Conforme Caldart (2004, p. 5),

A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo, com a luta pela democratização do acesso à água; com a luta das crianças pelo seu direito à infância. A Educação do Campo não precisa e nem deve ser um projeto de educação apenas dos camponeses, nem apenas de quem participa de lutas sociais; mas este vínculo lhe confere um traço de identidade importante e que não pode ser perdido.

Diante desse contexto, podemos ressaltar que a Educação do Campo possui sua própria identidade, a qual está inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, 93 94/96 no artigo 28, que trata da diversidade existente no campo, contemplando todos os aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, como também o gênero e etnia que compõem os sujeitos que fazem parte do cenário geográfico do campo. Para terem seus direitos garantidos, esses sujeitos que vivem no campo lutam por políticas públicas que possam proporcionar-lhes o direito à saúde, à educação, à moradia, e, sobretudo, a uma educação que seja no e do campo, ou seja, uma educação



voltada para as especificidades da realidade dos educandos do campo e que valorize a cultura, os saberes e a formação humana dos povos que vivem nesse ambiente.

Identidade: breve histórico

Ao discutirmos sobre o conceito de identidade, devemos ressaltar que as primeiras noções de identidade eram definidas através do papel, com o surgimento dos primeiros documentos, tais como: o registro de batismo, o registro civil e o registro de óbito, entre outros que representam a identidade do ser humano; deixando claro que, na sociedade atual, somos representados por números e códigos, de modo que o sujeito não é conhecido como cidadão. Isso nos mostra a regulação do Estado sobre os indivíduos, ricos e pobres, sendo necessário identificá-los para administrar; assim, tendo em vista a necessidade do Estado de controlar o povo, surge a identidade de papel. Nesse contexto, no decorrer da história da humanidade, foram surgindo os primeiros papéis de identificação, de modo que, por volta de 1781, surgia a caderneta de trabalho, a qual servia de passaporte e de registro, inclusive ainda, das dívidas que o operário contraísse junto ao patrão, no decorrer do tempo em que permanecesse no serviço.

Segundo Kaufmann (2005, p.19),

Em todos os países, pode observar-se este mesmo processo de acumulação e de centralização progressiva de suportes em papel concentrando em poucas inscrições e registrando a memória da “identidade” das pessoas. [...] Finalmente, os dois principais elementos que são uma fotografia de “identidade” e um número de identificação remetendo para arquivos diversos.

Assim, a identidade é um produto da sociedade, ou seja, é um produto do contexto no qual os sujeitos estão inseridos; evidentemente não existe uma identidade pronta, fixa e acabada, haja vista que tudo está em processo de construção, pois os sujeitos vivem em contextos sociais diferentes, tais como: famílias, grupos de trabalho, instituições educacionais, dentre outros. Assim, a própria história dos sujeitos determina sua identidade, ou seja, as identidades são produzidas em momentos particulares no tempo, pois, em todas essas situações, somos a mesma pessoa, mas somos diferentes devido ao contexto em que estamos inseridos.

Segundo Woodward (2014, p. 34-35),

[..] A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. Pode-se apelar à identidade, entretanto, de duas formas bastante diferentes.

Nos dias atuais, presenciamos a luta dos novos movimentos sociais, como o movimento das mulheres, dos negros, dos homossexuais, entre outros grupos que lutam em busca de sua própria identidade, uma vez que cada sujeito possui sua identidade de acordo com o contexto do qual faz parte. Dessa forma, as pessoas vão construindo sua identidade a partir do olhar do outro que está a sua volta. A identidade é, portanto, construída individualmente e coletivamente.

É de Woodward (*Ibid.*, p. 40) a seguinte afirmação:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios.

Sendo assim, como pensar a identidade e sua relação com a diferença tendo em vista os novos movimentos sociais da atualidade? Conforme Silva (2014, p. 82), “a identidade e a diferença estão estritamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade”.

Vale ressaltar que identidade e diferença dependem uma da outra; a identidade não é fixa, não é homogênea, e está em processo de construção. Para Silva (2014), identidade é simplesmente aquilo que se é, por exemplo: sou brasileiro, sou negro, entre outros aspectos. A identidade assim concebida parece ser uma positividade quanto àquilo que sou; por esse viés, identidade e diferença são, pois, inseparáveis, de modo que consideramos a diferença como produto derivado da identidade. Assim, a identidade e a diferença, além de serem interdependentes, são o resultado de atos de criação linguística. Silva (2014) ressalta que são os sujeitos que constroem sua própria identidade, no contexto das relações culturais e sociais que vivem; sendo assim a identidade e a diferença são criações sociais e culturais, pois ambas são criadas por meio de atos de linguagem, e é apenas por meio de atos da linguagem que instituímos a identidade e a diferença como tais. Este autor diz ainda que a definição da identidade brasileira é o resultado de vários atos linguísticos que definem como sendo esta diferente de outras identidades nacionais, assim como, cada região brasileira possui seu ato linguístico, fazendo com que o sujeito tenha a sua identidade definida de acordo com o contexto em que está inserido.



A construção da identidade e dos saberes dos povos camponeses

Quando nos referimos à Educação do Campo, devemos abordar a luta dos povos camponeses em busca de sua identidade, através dos movimentos voltados para a especificidade do campo, em cujos movimentos os sujeitos lutam por educação, pela terra e, especificamente, pela valorização da cultura camponesa. Para Batista (2007), as reivindicações por educação resultam da busca de um processo mobilizador de uma territorialidade, em que as ações coletivas dos movimentos sociais, através do processo de formação humana e política, proporcionam a vivência de práticas educativas, tomando como ponto de partida um fazer-se sujeitos políticos com um novo olhar, no sentido de construir uma nova sociedade. Conforme Batista (2007, p. 176), “a cada nova ocupação de terras pelos movimentos ampliam-se as esperanças e a utopia de uma outra sociabilidade”.

Assim sendo, ocorre um processo de aprendizagem entre os sujeitos, a experiência e os saberes cotidianos dos grupos, ou seja, vai-se configurando uma educação popular não formal, partindo das práticas sociais vividas pelos sujeitos, nos processos das organizações sociais, que contribuem na formação humana desses sujeitos, dando ênfase a uma formação política, tendo como prioridades, a cidadania e a solidariedade.

Como salienta Batista (2007, p. 178),

A importância do conceito de identidade na análise dos processos sociais mobilizadores dos movimentos populares camponeses e da educação do campo, uma vez que ele tem sido muito utilizado pelos movimentos para dar unidade e identidade aos sujeitos envolvidos na luta camponesa e na luta por uma educação do campo, um conceito catalisador das demandas do movimento por reforma agrária e por uma educação básica do campo.

Evidentemente, quando abordamos a Educação do Campo, devemos considerar que o campo é um espaço geográfico onde vive uma parcela da população brasileira, com sua identidade, sua cultura específica consoante seu local de origem, de modo que a educação destinada a esses sujeitos deve estar direcionada para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Assim sendo, a luta vai além da luta pela reforma agrária; de modo que os movimentos sociais do campo se articulam em torno de reivindicações em busca de uma educação específica para os povos camponeses, pois esses povos necessitam de uma educação que vise à identidade camponesa e, ainda, à valorização da sua vivência no campo.



As identidades são produzidas em momentos particulares no tempo, sendo constituídas individualmente e coletivamente. Hall (2014) ressalta que as identidades estão sempre sujeitas a uma historicização radical, permanecendo constantemente em processo de mudança e transformação.

Segundo Batista (2007, p.181),

O conceito de camponês busca dar identidade aos diferentes povos do campo, que se compõem de um conjunto complexo de sujeitos, como os trabalhadores sem terra, os pequenos proprietários, os quilombolas, os extrativistas (seringueiros, mulheres quebradeiras de côco), com suas relações produtivas e sociais, culturas e representações simbólicas, que, sem perder suas especificidades, buscam construir territórios simbólicos em comum, entrecruzando as fronteiras dos diferentes territórios sociais e culturais unificados por um elemento comum: a terra.

Partindo desse pressuposto, a identidade dos povos camponeses se espelha no seu trabalho, no seu modo próprio de produzir, tendo como base o contexto familiar, o trabalho na sua própria terra, ou em terras pertencentes a outros grupos, por meio do trabalho organizativo, coletivo, com os grupos sociais, uma vez que a identidade pode ser compreendida como sendo pertencente a um grupo ou movimento social. Nesse sentido, a identidade que une os sujeitos do campo é o movimento camponês, constituído por esses diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras que lutam em prol de reforma agrária, políticas públicas e direito à educação, procurando preservar sua própria identidade. De fato, a identidade da educação do campo está incorporada aos discursos como também às práticas educativas que demandam os sujeitos do campo, exigindo, dessa forma, uma educação voltada para suas identidades, de modo que esses sujeitos possam questionar e problematizar, bem como afirmar a realidade vivenciada no campo, no que tange as suas práticas.

De acordo com Batista (2007, p. 183),

A Educação do Campo vincula-se, organicamente, a um projeto de sociedade ancorando em valores como cooperação, justiça social, valorização da cultura camponesa, respeito ao meio ambiente. Ou seja, ela é parte da construção de uma hegemonia dos setores subalternos que não pretende apenas mudar o modo de produção da agricultura, mas construir uma nova sociabilidade, fundada em valores voltados para o humano, numa convivência com a natureza. Homens se reencontrando, como antes, que se fazem humanos, convivendo e se entendendo como parte da natureza.

Considerando que a Educação do Campo tem como pressuposto a valorização do humano, essa valorização deve estar, portanto, inserida na trajetória dos sujeitos do processo educativo, nas



relações sociais e nas práticas sociais vividas, objetivando valorizar as experiências e os saberes dos povos camponeses nas relações sociais desenvolvidas nos diferentes tempos e espaços. Assim, ressaltamos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, que tratam da Educação do Campo a partir das leis educacionais, dentre elas a Constituição Federal de 1988, visando às políticas públicas voltadas para as especificidades dos povos camponeses, reconhecendo sua diversidade sociocultural, bem como sua condição de sujeitos que possuem seus valores, saberes e identidade de acordo com o espaço no qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no decorrer deste texto, a trajetória da Educação do Campo, focando os saberes e identidade dos povos camponeses e suas lutas nos movimentos sociais do campo, tomando como suporte a legislação atual que trata da Educação do Campo, bem como os movimentos sociais, na atualidade: Destacamos, dentre essa legislação, a Constituição Federal de 1988, que, através das Diretrizes, busca a valorização dos sujeitos do campo, especificamente no que diz respeito às suas particularidades, levando em consideração a formação humana desses sujeitos em todos os seus aspectos: histórico, cultural e social.

Constatamos a importância de compreendermos a construção da identidade dos povos camponeses, evidenciando a trajetória de luta desses sujeitos para poderem viver num determinado espaço geográfico do qual fazem parte, sendo o campo seu lugar de vida, de cultura, ou seja, um espaço geograficamente voltado para as especificidades dos sujeitos camponeses. Assim, essa pesquisa nos trouxe elementos que são importantes para refletirmos acerca da temática em estudo, devendo destacar as seguintes questões: Será que existe a valorização da cultura dos sujeitos do campo como abordam as leis atuais? Como tem ocorrido a dinâmica dos movimentos sociais do campo na atualidade? Como pensar a Educação do Campo diante da luta do povo camponês por saúde, educação, moradia, e reforma agrária, no cenário brasileiro atual? Estas e outras indagações nos fazem refletir sobre a Educação do Campo e os desafios e perspectivas surgidos, na trajetória dessa modalidade de ensino.

Portanto, este trabalho nos proporcionou aprofundarmos nossas reflexões no que diz respeito à temática da Educação do Campo, de modo particular os saberes e a identidade dos povos camponeses, bem como a importância dos movimentos sociais no campo e sua participação nos movimentos de luta, uma vez que a terra é um dos principais componentes da identidade



camponesa, por ser um dos meios de trabalho que garante a sobrevivência de vida dos sujeitos que lá vivem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo-*Re* constituindo território e a identidade camponesa. In: JESINE. Edineide; **Educação e movimentos sociais**. Campinas, SP. Alínea 2007. p. 169-189.

MOLINA, Mônica Castagna; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Coleção: Por uma Educação do Campo vol.5, Brasília, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo**: proposta e prática pedagógica do MST, 2ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da; Stuart Hall, Kathryn Woodward (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn, Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA Tomaz Tadeu da, **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF.

KAUFMANN, Jean Claude. **De onde vem o conceito de identidade**. Coleção epistemologia e sociedade. Lisboa: Stória Editores, 2005.